

Favoráveis	Contrários	Em Branco	Total de Votações
98	57		155

Data	Comissões/Plenário	Turno	Categoria	Descritivo	Votação Laura			Resultado da votação	Justificativa	Observações gerais
					Favorável	Contrário	Em branco			
20/02/19	Plenário	1º	RQO	Solicita seja atribuído regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 3.676/2016;				APROVADO		
20/02/19	Plenário	1º	RQO	Solicita seja o Projeto de Lei nº 368/2019 distribuído à Comissão de Saúde para parecer.				APROVADO		
22/02/19	Plenário	1º	PL	Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e medidas construcionais que determinam os quadrimestrais para os secretários e dirigentes de entidade da Administração Direta e Indireta do Estado prestarem informações dos órgãos pessoalmente aos Deputados, sob pena de				APROVADO		
22/02/19	Plenário	1º	PRE	Requer seja exigida de exercício mínimo de 12 anos em cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria da ALMG para 10 anos, no caso de Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa.				APROVADO		
26/02/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Homenagem a presidente da Associação Comercial de MG. Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr Aguiinaldo Diniz Filho por sua posse como presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas, bem como aos demais membros da nova diretoria.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as homenagens geram custos e processos desnecessários.	
26/02/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Pedido de providências sobre Tarifa do leite. Requer seja encaminhado à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia pedido de providências para que seja revogada a Circular 5, de 5.2.2019, que encerrou a cobrança tarifária "antidumping" sobre a importação de leite em pó, integral ou desnatado da União Europeia e da Nova Zelândia.				APROVADO	Contrário à política econômica do NOVO. Esfera da União. Destaque: já cancelado pelo governo federal.	
26/02/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Pedido de providências sobre Palácio das Mangabeiras. Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Palácio das Mangabeiras seja destinado a atividades da área de turismo.				APROVADO	Ressalva: solicitação é de competência do Executivo.	
26/02/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Homenagem às Cooperativas mineiras. Requer voto de congratulações ao Sindicato e Organização das Cooperativas de MG pelo desempenho frente a crise econômica.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as homenagens geram custos e processos desnecessários.	
26/02/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, no Município de Belo Horizonte, para conhecer o planejamento da pasta em relação à economia mineira para os				APROVADO		
27/02/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater os aspectos da nova estrutura administrativa e organizacional e os consequentes impactos orçamentários propostos pelo Projeto de Lei nº367/2019.				APROVADO	Favorável devido à importância da transparência política e a participação da sociedade civil no debate dos Projetos de Lei.	
27/02/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja realizada audiência de convidados com os secretários de Fazenda e de Planejamento para que apresentem um panorama da real situação fiscal, orçamentária e financeira do Estado, bem como o planejamento a ser adotado com o intuito de solucionar eventuais problemas.				APROVADO		
27/02/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado ao Banco Central do Brasil pedido de informações sobre a razão pela qual o Banco do Brasil, estabelecimento bancário credenciado para receber e repassar as parcelas do ICMS e do IPVA pertencentes aos municípios, não tem procedido ao devido repasse dessas parcelas aos municípios, como determina a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, descumprindo o que dispõe tanto a referida lei complementar quanto o que dispõe o art. 158 da Constituição Federal.				APROVADO		
27/02/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater os Projetos de Lei nºs 367 e 368/2019.				APROVADO	O voto contrário é porque a Escola de Saúde Pública pode ser discutida em separado, e não necessariamente na audiência para a PL da Reforma Administrativa.	
27/02/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública para debater o Projeto de Lei 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e a atuação dos órgãos.				APROVADO		
27/02/19	Plenário	2º	PEC	Requer seja exigida de exercício mínimo de 12 anos em cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria da ALMG para 10 anos, no caso de Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa.				APROVADO		
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.	

12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sr. X pela posse no cargo X do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana - Sindinova -, para o triênio janeiro de 2019 a janeiro de 2022.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública no Município de Coronel Fabriciano para debater a instalação do centro portuário de São Mateus, suas repercussões no Leste mineiro e a construção de uma unidade de transbordo e armazenamento de Cargas, no Vale do Aço.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada visita à Câmara Municipal de Felixlândia para acompanhar a apresentação sobre a atual situação da piscicultura na região e o papel do poder público no seu desenvolvimento.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater o desenvolvimento do artesanato mineiro e o impacto da reforma administrativa nesse setor.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a reestatização da Vale.		APROVADO	Objeto da audiência contrário aos princípios do NOVO. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência de convidados para debater estratégias para a superação da grave crise econômica que assola o Estado, bem como propor a adoção de medidas apresentadas pela Federação das Indústrias de Minas Gerais - Fiemg -, que possibilitarão a retomada do desenvolvimento econômico e do equilíbrio fiscal do Estado.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater o projeto do governo do Estado relativo à planta de grão, material leve, resistente, flexível, de inúmeras aplicações para as indústrias do futuro, seja na área de tecnologia ou na cadeia mineral.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater o desempenho da economia do setor turístico, que permitiu ao Distrito de Monte Verde alcançar o topo do "ranking" nacional do turismo em 2018, segundo classificação do Ministério do Turismo.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater os Decretos nºs 47.393 e 47.394, ambos de 26/3/2018, que normatizam a concessão de estímulos ao investimento em Minas Gerais por meio dos regimes especiais de tributação e dos protocolos de intenções.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a instalação do parque tecnológico aberto no Vale da Eletrônica, no Município de Santa Rita do Sapucaí.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as visitas geram custos desnecessários ao Estado. Favorável devido à importância da audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação.
12/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com a Greenwich Schools pelos 45 anos de sua Fundação.		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as homenagens geram custos e processos desnecessários.
13/03/19	Comissão FFO	1º	PRE	O Projeto de Resolução aprova as contas do Tribunal de Contas de Minas Gerais referentes ao exercício de 2014. Relator: Dep. Hely Targuinio		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as homenagens geram custos e processos desnecessários.
13/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Dispõe sobre a abertura de serviços de renovação, adição e mudança na Carteira Nacional de Habilitação - CNH - de policiais e bombeiros militares, policiais civis, agentes de segurança penitenciária e agentes socioeducativos do Estado que desempenham as funções de motorista e motociclista no serviço policial militar.		APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO	O parecer pela rejeição ao PL de minha relatoria foi aprovado. Portanto, o posicionamento final é de contrariedade ao que propõe o PL.
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Codemig pedido de providências para a readequação do projeto Vila do Artesanato, no complexo do Barreiro, no Município de Araxá.		APROVADO	Pedido de adequações ao projeto de construção da Vila do Artesanato que está sendo realizado pela CODEMIG em Araxá. Já entregue documentação ao Governador, apenas formalização do pedido de providências.
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública para debater a política pública estadual de apoio aos arranjos produtivos locais - APLs - e sua contribuição para desenvolvimento econômico do Estado.		APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública para debater políticas públicas para o desenvolvimento dos municípios mineiros, estratégias para sua diversificação produtiva, bem como de compensação pelos danos causados às localidades impactadas pela atividade minerária.		APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.

19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada visita à secretaria de Estado de Turismo para discutir o planejamento da pasta para o desenvolvimento do turismo no Estado nos próximos anos.					APROVADO	A visita será realizada na Cidade Administrativa, sem ônus adicional para a Assembleia.	
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública, para debater a política estadual de atração e retenção de empresas, frente aos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado do Rio de Janeiro (guerra fiscal) e seus impactos na região da Zona da Mata mineira.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a implantação dos trens turísticos e sua importância para a economia do Estado.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
19/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater os incentivos fiscais dados às montadoras de automóveis, caminhões e máquinas.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
26/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater os reflexos da possível redução ou da paralisação das atividades da fábrica da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, na Zona da Mata e em todo o Estado de Minas Gerais.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
26/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a prática da suinocultura no Estado, em especial na região do Vale do Piranga.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
26/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências com vistas a que realize estudo de linha de crédito de incentivo, a juros baixos, aos municípios para a instalação de energia solar fotovoltaica nas edificações das prefeituras municipais, bem como em suas secretarias, escolas e demais órgãos ligados à administração municipal e câmaras municipais.					APROVADO	Favorável devido à importância da ampliação do uso de energias limpas e renováveis para o meio ambiente e sua relevância para o desenvolvimento tecnológico sustentável da produção energética de Minas Gerais.	Requerimento não previsto apresentado durante a reunião
26/03/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados a Associação Mineira dos Municípios-AMM –, a Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig –, a Fundação Renova e o Ministério Público Federal, para debater os impactos dos acidentes minerários ocorridos no Estado sobre a economia e as finanças públicas, especialmente sobre o repasse de ICMS advindo do Valor Adicionado Fiscal – VAF – dos municípios afetados.					APROVADO	Favorável pela importância do debate sobre assuntos de interesse coletivo. Para enriquecimento da discussão, é extremamente relevante a participação não apenas dos municípios mineradores como dos demais municípios mineiros uma vez que o todos eles são afetados na negociação do repasse do VAF.	Requerimento não previsto apresentado durante a reunião
27/03/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a sistemática adotada para doação, do ponto de vista técnico, e o motivo pelo qual os veículos adquiridos pelo governo do Estado estão parados nos pátios da referida secretaria e ainda não foram doados aos municípios; e, ainda, sobre a data prevista para a referida doação.					APROVADO	Favorável pela importância da transparência dos processos políticos.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo - Segov - e à Secretaria de Estado de Educação - SEE - pedido de providências para que regularizem o repasse orçamentário à Fapemig, a fim de regularizar o pagamento de bolsas e garantir a continuidade de projetos de pesquisa no Estado.					APROVADO	Parecer contrário pois, apesar da importância da pesquisa para o desenvolvimento e a inovação de Minas Gerais, o Estado passa por grave crise financeira. Nesse cenário de escassez de recursos, é importante priorizar a educação básica que pode gerar uma mudança estrutural maior para os mineiros.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Dispõe sobre divulgação de dados de veículos automotores e dá outras providências					APROVADO	Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta Comissão analisar, o projeto não cria despesas para o Estado e tampouco causa repercussão financeira, conforme informado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, razão pela qual, sob esse aspecto, entendemos não haver óbice ao prosseguimento de sua tramitação nesta Casa.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Obriga que os depósitos de veículos removidos, retidos ou apreendidos por infração às normas de trânsito sejam dotados de cobertura que evite exposição às intempéries.					APROVADO	Voto pela rejeição do parecer uma vez que esse Projeto de Lei interfere na relação de direito privado entre o páteo credenciado e o usuário. Dessa forma, o projeto em questão gera custo adicional para o páteo privado que, em via de regra, reflete em aumento de custo para o usuário.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Dispõe sobre fornecimento equipamento de segurança para agentes socioeducativos e pessoal feminino das forças de segurança.					APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO	O parecer pela rejeição ao PL de minha relatoria foi aprovado. Portanto, o posicionamento final é de contrariedade ao que propõe o PL. Impacto financeiro segundo Secretaria de Estado de Administração Prisional. A então Secretaria da Casa Civil sugeriu alteração, mudando para possibilidade (e não obrigação) de fornecimento, e apenas por requisição, visto ergonomia e diferenças físicas acentuadas.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Institui a política estadual de inclusão produtiva.					APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO	O parecer pela rejeição ao PL de minha relatoria foi aprovado. Portanto, o posicionamento final é de contrariedade ao que propõe o PL. Já há ações e normas do Executivo no mesmo sentido, projeto redundante, aumenta de forma desnecessária o estoque de normas do Estado.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	PL	Dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do IPVA.					APROVADO	Voto contrário ao parecer do relator justificado por dois pontos importantes: Esse projeto relaciona a apreensão do veículo ao não pagamento do IPVA, entretanto o Código de Trânsito Brasileiro estabelece que essa apreensão ocorre pelo não licenciamento do veículo, fato que desvincula a matéria à questão tributária. O segundo ponto importante e pertinente a essa Comissão é que por mais que esse Projeto de Lei não gere renúncia imediata de receita, o fato de não acontecer a apreensão do veículo gera uma morosidade por parte do contribuinte de pagar aquele tributo refletindo no adiamento do recebimento de receita pelo Estado.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Fazenda e de Governo pedido de informações sobre quais medidas o governo pretende tomar para reagir às isenções de ICMS concedidas pelo Estado de São Paulo e evitar a evasão das montadoras de veículos que atuam em Minas Gerais.					APROVADO	Parecer favorável pela importância da transparência política para a democracia.	
27/03/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja avaliada a oportunidade de apresentação a esta Casa de proposição com o conteúdo do Projeto de Lei nº 1.030/2015, que institui a Política de Inclusão Produtiva de Minas Gerais e dá outras providências.					APROVADO	Parecer favorável pela importância da Política de Inclusão Produtiva para a economia do Estado. Por outro lado, é importante destacar que já existe uma política de inclusão produtiva executada pela Sedes e pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda.	
27/03/19	Plenário	1º	VET	Estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas.					REJEITADO	Inconstitucional por vício de iniciativa, privativa do governador, por gerar ônus e obrigações aos órgãos públicos. Secretaria de Saúde contrária por fragmentação das políticas públicas.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com o presidente e vice-presidente do Conselho Regional de MG - e dos novos conselheiros.	Sr. Paulo Roberto Paixão	Corecon	Bretas e com a Sra. Tânia Cristina Teixeira		APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do órgão de fomento, pois as congratulações geram custos e processos desnecessários.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a importância do cavalo mangalarga marchador para a economia mineira.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sebrae-MG, nas pessoas de seu presidente, Sr. Roberto Simões, do secretário-executivo, Sr. João Cruz, e da diretora-geral, Sra. Fabiana Ribeiro de Pinho, pelos 25 anos de criação da Escola de Formação Gerencial.					APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as homenagens geram custos e processos desnecessários.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para a avaliação, inclusive sob o aspecto econômico, das atividades dos circuitos turísticos do Estado.					APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) considerarem o assunto importante para a população mineira.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado ao vice-presidente de Investimentos e Controladoria do M. Dias Branco, em Eusébio (CE), pedido de informações sobre a construção do parque fabril da empresa no Município de Juiz de Fora, especificando como estão os protocolos de intenções assinados com o Estado e o município; se a empresa ainda tem interesse na instalação da fábrica em Juiz de Fora; qual o motivo do atraso para a validação do investimento; e, se a empresa tiver desistido de construir o parque fabril no município, que seja informado o motivo.					APROVADO	Favorável pela importância da transparência dos processos políticos.	
02/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre o processo de instalação do parque fabril da M. Dias Branco no Município de Juiz de Fora, especificamente a respeito do cumprimento do protocolo de intenções firmado entre o Estado e a empresa no ano de 2014, bem como se a empresa mantém o planejamento de construir a unidade industrial em Juiz de Fora.					APROVADO	Favorável pela importância da transparência dos processos políticos.	

09/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências para que os caminhões que transportam minério de ferro próximo ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade utilizem outra rota, a fim de não prejudicar as atividades turísticas de quem visita o Santuário.				APROVADO	Favorável, pois a Semad possui autonomia e, provavelmente, maiores informações sobre o assunto para julgar se o pleito de alteração da rota é pertinente. É importante ressaltar que não foi apresentada a nova opção de rota e qual é o impacto desse pedido para o erário. Ademais, o estudo de impacto do fluxo de caminhões e as possíveis rotas é analisado durante o Licenciamento Ambiental e, quando for o caso, são apresentadas contrapartidas que devem ser seguidas pela
09/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater o estágio atual do corporativismo em Minas Gerais, na 1ª semana de julho, por ocasião das comemorações do dia internacional do cooperativismo.				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.
10/04/19	Comissão FFO	2º	PL	Revoga dispositivo da Lei 19888, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -, e dá outras providências.				APROVADO	Favorável, pois a norma atualmente dá margem à interpretação em prejuízo do contribuinte, permitindo a cobrança de tributos devidos mas não ainda vencidos, o que causa problemas em caso de venda do veículo. A cobrança antecipada de tributo fere o Princípio de Isonomia Tributária. A revogação solicitada não diminui a capacidade do Estado de cobrar os tributos parcelados a vencer. Pelo contrário, além de poder cobrar do contribuinte de direito, ou seja, do antigo proprietário detentor da posse do veículo na data do fato gerador do tributo, ainda terá a possibilidade de receber do novo proprietário o imposto porventura não pago.
10/04/19	Comissão FFO	1º	RQN	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a prestação de auxílio financeiro ao Município de Mariana, tendo em vista a decretação de calamidade financeira pelo chefe do Poder Executivo municipal, em razão da queda vertiginosa de arrecadação provocada pela suspensão das atividades de mineração no município.				APROVADO	Favorável, pois o Executivo possui autonomia para definir se é possível acatar este requerimento ou se medidas já estão sendo tomadas para que Mariana recupere sua economia.
16/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulado voto de congratulações com a startup Gesuas por ter sido premiada como a Melhor solução para gestão pública do Brasil na 3ª edição do Programa de Aceleração do BrazilLAB.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
16/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Dona Lucinha, renomada cozinheira e empresária do ramo gastronômico mineiro, com rede de restaurantes em Belo Horizonte.				APROVADO	Apesar da tristeza do falecimento da Dona Lucinha, acredito que existam outras formas de se prestar condolências, uma vez que a manifestação de pesar, assim como as congratulações, geram custos e processos desnecessários.
16/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulado voto de congratulações com a Mascarenhas Barbosa Roscoe Construções pelos 85 anos de sua fundação.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por entendimento de que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
16/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater e traçar estratégias para mobilizar a sociedade de Minas Gerais com vistas a reafirmar a função do Banco do Nordeste do Brasil de agente de desenvolvimento regional e motor da economia dos vários estados nos quais está inserido através do financiamento às atividades produtivas.				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.
16/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências com vistas à elaboração de um novo traçado de vias de escoamento de materiais oriundos de atividades minerais, na Serra da Piedade, distinto do já licenciado, para evitar ao máximo interferência com as vias já existentes e com atividades e equipamentos religiosos do local.				APROVADO	Favorável, pois a Semad possui autonomia e, provavelmente, maiores informações sobre o assunto para julgar se o pleito de um novo traçado de vias é pertinente. Importante ressaltar que o estudo de impacto do fluxo de caminhões e as possíveis rotas são analisados durante o processo de Licenciamento Ambiental que prevê os impactos e interferências com as vias já existentes e com atividades e equipamentos religiosos do local. Dessa forma, dependendo da situação são apresentadas contrapartidas que devem ser seguidas pela mineradora para que a empresa tenha seu empreendimento licenciado. Destaca-se que no requerimento não foi apresentado qual é o impacto desse pedido para o erário.
17/04/19	Comissão FFO	1º	PL	Dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando ao controle e à redução do consumo de água e dá outras providências. Os dispositivos consistem em: I - torneiras para piaas, registros para chuveiros e válvulas para mictórios, acionadas manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionadas por sensor de proximidades; II - torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços; III - bacias sanitárias com volume de descarga reduzido - VDR; IV - arejadores para torneiras.				APROVADO	A racionalização do uso da água através da instalação de dispositivos hidráulicos nas obras públicas e reformas a serem executadas é importante para a sustentabilidade hídrica de Minas Gerais. Esse projeto não fere a LRF uma vez que a instalação desses dispositivos apenas poderá ocorrer a partir da autorização orçamentária, quando será feito o devido estudo de impacto.
23/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública para debater alternativas de enfrentamento à crise fiscal de Minas Gerais e as compensações devidas ao Estado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.
24/04/19	Comissão FFO	1º	PLC	A policial militar e a bombeiro militar poderão requerer sua transferência para a reserva remunerada após 25 anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 anos de efetivo serviço, com proventos integrais, vedada a contagem de qualquer tempo fictício não prevista nesta Lei				REJEITADO O PARECER PELA REJEIÇÃO	A relatoria desse PL foi de minha autoria e meu parecer foi pela rejeição já que, pela análise de mérito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, é constatado aumento do déficit orçamentário, além disso, é necessária demonstração de impacto financeiro pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não foi entregue.
30/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado a todos os deputados federais e senadores por Minas Gerais pedido de providências para que se empenhem para impedir a fusão do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES - com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB.				APROVADO	Há ingerência em autonomia legislativa federal, além de excesso de destinatários (594 Parlamentares).
30/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja encaminhado à Superintendência Estadual do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil, em Montes Claros, pedido de informações sobre a totalidade dos valores de investimento dessa instituição no Estado de Minas Gerais, em relação ao investido nos demais estados do Nordeste do País.				APROVADO	É importante a transparência dos processos políticos.
30/04/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a sistemática da economia criativa e seus impactos para a economia mineira.				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.
30/04/19	Plenário	1º	PL	Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências.				APROVADO	Objetivo que o Estado tenha uma estrutura mais enxuta, eficiente e econômica, sendo fundamental principalmente para o cenário atual em que se encontra Minas Gerais. Um exemplo é a redução das secretarias de 21 para 12, além da diminuição
30/04/19	Plenário	1º	EMENDA	Resumo: Proibição aos secretários de receberem jetons ao participarem de conselhos fiscais e de administração.				APROVADO	Importante a remuneração dos secretários está defasada e inadequada para o cargo que exercem. Entretanto, não acreditamos que a resolução dessa situação seja por meio de jetons.
30/04/19	Plenário	1º	EMENDA	Resumo: Resguardar 50% das vagas para áreas finalísticas e 70% nas áreas meio de cargos comissionados para servidores públicos.				APROVADO	Não somos favoráveis à reserva de vagas e cotas. A ocupação dos cargos pode sim ser dos servidores públicos. O que é desnecessário é a definição de exclusividade por porcentagem. A meritocracia deve ser levada em consideração para que o profissional mais adequado a cumprir as atribuições da função seja definido.
30/04/19	Plenário	1º	EMENDA	Resumo: Autonomia administrativa e financeira ao IPSEMG.				APROVADO	É importante que esse órgão de administração indireta tenha essa autonomia de recursos.
07/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência de convidados para debater a retomada e o desenvolvimento da atividade minerária no Estado, com a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento				APROVADO	
07/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705/2019, seja informado ao Presidente desta Casa os temas elencados abaixo, que foram indicados por esta Comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.				APROVADO	Temas: Desburocratização e como o estado pretende atuar na diversificação da economia das cidades mineradoras, para que os municípios não fiquem
07/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705/2019, seja informado ao Presidente desta Casa os temas elencados abaixo, que foram indicados por esta Comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do Secretário de Estado de Cultura e Turismo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.				APROVADO	Temas: Diversificação da economia dos municípios mineiros atingidos pelos rompimentos das barragens e quais os planos e projetos a serem adotados pela secretaria para fortalecer o turismo nas cidades mineradoras do Estado.
07/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705/2019, seja informado ao Presidente desta Casa o tema elencado abaixo, que foi indicado por esta Comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do Secretário de Estado de Fazenda, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.				APROVADO	Tema: Situação Financeira do Estado.

08/05/19	Comissão FFO	1º	PL	Forma obrigatória a aplicação da arrecadação da Taxa de Segurança Pública Decorrente de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Tabela B da Taxa de Segurança Pública - Lei 6.763/75) no que se refere ao reequipamento da unidade do Corpo de Bombeiros Militar, sediada no município de Belo Horizonte, em 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA -, e dá outras providências. - Isenta o contribuinte de taxas de remoção, reboque e estada do veículo em caso de furto ou roubo.				APROVADO	Altera de 50% para a totalidade da aplicação dessa taxa no reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar da localidade gerada. Engessa a aplicação de recursos, apesar de bom objetivo.	
08/05/19	Comissão FFO	1º	PL	Requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Fazenda, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, são: alternativa ou planejamento para resolver a situação fiscal do Estado caso o Regime de Recuperação Fiscal estabelecido pela Lei Complementar nº 159 não seja aprovado pela Casa, restos a pagar da saúde; medidas que o Estado pretende tomar para evitar a evasão das montadoras de veículos situadas em Minas Gerais, como o caso da Mercedes-Benz em Juiz de Fora; e relação dos 1000 maiores devedores do Estado com os respectivos valores, ou dos 100 maiores devedores, em caso de dificuldade de prestação dessa informação, e quais as providências que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Planejamento e Gestão - Seplog - em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, são: investimento do Estado em infraestrutura de estradas, portos secos, atração de empresas e desenvolvimento econômico e social, diante do cenário econômico adverso e da necessidade de investir em tais setores para geração de emprego e renda; rigidez orçamentária do Estado; e planejamento do Executivo quanto à avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais (indicadores, ferramentas de medição;				APROVADO	Substitutivo coloca a norma na forma de hipótese de não incidência em vez de isenção. Em relação ao cidadão que teve o seu veículo roubado ainda tenha que pagar as taxas de remoção, reboque e estada do veículo em caso.	
08/05/19	Comissão FFO	1º	RQC	Veto ao PL 24.085 que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado.				APROVADO	Rejeitado por falta de competência (Competência da União, DRTs registro de profissões) e conflitante com legislação federal + demanda gastos indeterminados.	
08/05/19	Comissão FFO	1º	RQC	Veto parcial ao PL 24.238 que dispõe sobre alterações sobre ICMS de energia elétrica; cobrança de análise de PRA (regularização ambiental) e PRADA (recomposição de áreas degradadas); e Taxa de Fiscalização Judiciária.				APROVADO	Os artigos vetados contrariam leis federais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, não possuem os cálculos de impacto econômico necessários.	
08/05/19	Plenário	1º	DESTAQUE	Veto ao artigo 18.				REJEITADO		
08/05/19	Plenário	1º	VET	Dispõe sobre as associações de socorro mútuo.				APROVADO	Inconstitucional, competência da União de legislar sobre direito civil.	
08/05/19	Plenário	1º	VET	Alteração da IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas, com ampliação de competências.				APROVADO	Próprio IDENE diz não ter recursos para novas ações. Inconstitucional pois apresentada por deputado, e é de competência privativa do Governador.	
08/05/19	Plenário	1º	VET	Autorização a doação do imóvel que especifica, pertencente ao DEER (Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem). Para unidade operacional do Corpo de Bombeiros.				APROVADO	O imóvel não se encontra disponível, estando em processo de doação para a Secretaria de Educação para a construção de um centro de educação continuada.	
08/05/19	Plenário	1º	VET	Dispõe sobre prazo limite para a concessão de outorgas, licenças e autorizações prévias, e autoriza iniciar o empreendimento em caso de mora.				APROVADO	Projeto faz a alteração ampla e irrestrita, atingindo todos os procedimentos. Deveria ser feito via projeto-piloto para adequações do Estado às novas regras, e com legislação mais específica.	
08/05/19	Plenário	1º	VET	Obriga o destaque de produtos da agricultura familiar em supermercados, atacados, varejistas.				APROVADO	Inconstitucionalidade material, por violar livre iniciativa e livre concorrência. Aumenta obrigações das empresas, onera os custos.	
14/05/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações substanciadas no relato da situação financeira atual da Cemig, bem como no esclarecimento das providências adotadas acerca dos mais de 700 cargos ocupados por pessoas com salários médios de R\$ 38.000,00, conforme informação do governador no início de mandato.				APROVADO	Favorável pela importância da transparência dos processos financeiros e orçamentários.	Reunião Extraordinária.
14/05/19	Comissão FFO	1º	RQC	Requer seja encaminhado à Superintendência da Receita Federal em Minas Gerais pedido de providências para que mantenha a Delegacia da Receita Federal no Município de Poços Caldas.				APROVADO	Favorável devido à transparência política. No pedido de providências a Superintendência possui autonomia para definir se o projeto é passível de acolhimento, fato importante uma vez que ela possui informações mais específicas sobre o assunto.	Reunião Extraordinária.
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre débito do governo com Santa Casa de Misericórdia.				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação à Cemig sobre redução de custos e fechamentos de unidades.				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre laudo de barragens em Nova Lima, Itatiaiuçu, Congonhas.				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre cronograma de término das obras inacabadas de unidades básicas de saúde (Substituto da Mesa).				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre termos de licenciamento de instalação de Usina em Boa Esperança (Substituto da Mesa).				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre impacto financeiro de não exigência de documentos pedido de informações ao DETRAN (Substituto da Mesa).				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação ao ao Detran informações sobre os fabricantes ou estampadores em Belo Horizonte (Substituto da Mesa).				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação sobre situação de estrutura e funcionamento de todas as escolas estaduais de Minas.				APROVADO	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.	
14/05/19	Plenário	1º	VET	Determina que veículos da saúde e segurança sejam equipados com geolocalização, para facilitar o acesso das viaturas aos locais de ocorrência.				REJEITADO	Falta de estudo de impacto orçamentário e impossibilidade atual de cumprir a obrigação.	
14/05/19	Plenário	1º	VET	Dispõe sobre criação de prescrição intercorrente nos processos administrativos de créditos não-tributários.				APROVADO	Possibilidade de aplicação da regra de prescrição em 3 anos aos processos em curso. Tornaria prescrito grande quantidade de créditos, mais de 2 bilhões e 200 milhões de reais.	
14/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	PL	Altera o tempo permitido de comercialização de bebidas alcoólicas em estádios de futebol, permitindo a compra até o final do segundo tempo (atual apenas até o intervalo). E revoga a proibição de comercializar e consumir bebida alcoólica nas arquibancadas e cadeiras do estádio.				APROVADO	Inconstitucionalidade formal de parte do projeto, que atribui responsabilidade funcional ao servidor público, privativo do governador.	
14/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Pedido de providências para o Ministério do Turismo para que viabilize recursos para o incremento do turismo de todos os municípios mineiros, especialmente aqueles que tiveram seu turismo afetado pelas empresas mineradoras.				APROVADO	Aumento da liberdade de consumo de objetos ilícitos de consumo. Responsabilidade individual e aplicação do exercício de atividade econômica.	
14/05/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Pedido de providências para a Diretoria da VALE para que elabore um plano de recuperação para a região de Macacos, abrangendo aspecto social, cultural, econômico, para recuperar o distrito de danos sofridos desde a instabilidade da barragem B3/B4 da Mina Mar Azul.				APROVADO	Pedido de providências, sem obrigatoriedade de resposta. Providência que se resume às competências da pasta do Turismo.	
15/05/19	Comissão FFO	1º	PLC	A policial militar e a bombeiro militar poderão requerer sua transferência para a reserva remunerada após 25 anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 anos de efetivo serviço, com proventos integrais, vedada a contagem de qualquer tempo fictício não prevista nesta Lei.				APROVADO	Pela análise de mérito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, é constatado aumento do déficit previdenciário e provável diminuição do efetivo - ônus ao erário. Além disso, é necessária demonstração de impacto financeiro pela Lei de Responsabilidade	
15/05/19	Comissão FFO	1º	PL	Determina o repasse automático dos valores cabíveis aos municípios por determinação do art. 158 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 63, de 1990, referentes ao recebimento de IPVA e ICMS pelo Estado.				APROVADO	Voto favorável do Substituto Nº 2 pelo entendimento da importância desse projeto para a automatização dos repasses cabíveis aos municípios. Entretanto, o projeto ainda está sendo discutido para ajustes necessários.	
15/05/19	Comissão FFO	1º	OFÍCIO	Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/2008, e demais legislações pertinentes.				APROVADO	Nas contas apresentadas pelo TCE-MG, verifica-se que foram cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas s/nº, de 12/1/2015, de modo que o parecer da assessoria técnica é favorável, acompanhando o parecer do relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.	
15/05/19	Comissão FFO	1º	OFÍCIO	Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/2008, e demais legislações pertinentes.				APROVADO	Nas contas apresentadas pelo TCE-MG, verifica-se que foram cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas s/nº, de 12/1/2015, de modo que o parecer da assessoria técnica é favorável, acompanhando o parecer do relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.	
15/05/19	Comissão FFO	1º	OFÍCIO	Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/2008, e demais legislações pertinentes.				APROVADO	Nas contas apresentadas pelo TCE-MG, verifica-se que foram cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas s/nº, de 12/1/2015, de modo que o parecer da assessoria técnica é favorável, acompanhando o parecer do relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.	

15/05/19	Comissão FFO	1º	OFICIO	Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/2008, e demais legislações pertinentes.		APROVADO	Nas contas apresentadas pelo TCE-MG, verifica-se que foram cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas s/nº, de 12/1/2015, de modo que o parecer da assessoria técnica é favorável, acompanhando o parecer do relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.	
15/05/19	Comissão FFO	1º	PL	Acrescenta parágrafo ao art. 225 e dá nova redação ao § 6º da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.		APROVADO	Necessário reduzir a interferência do Estado na concorrência em determinado setor. Aprovamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária o Substitutivo Nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com a inclusão de quatro emendas relevantes. Defendo a transparência, inclusive na concessão de incentivos fiscais, para que todos os contribuintes de um mesmo setor tenham conhecimento de quais são os benefícios disponíveis. Com isso, é reduzida a interferência do Estado na economia e, consequentemente, há uma maior liberdade para empreender e mais oportunidades para que as empresas de pequeno porte ingressem no mercado. Essa atitude faz com que ocorra maior geração de emprego e renda, fato que impacta positivamente no desenvolvimento social do Estado.	
21/05/19	Plenário	1º	PL	Determina o repasse automático dos valores cabíveis aos municípios por determinação do art. 158 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 63, de 1990, referentes ao recebimento de IPVA e ICMS pelo Estado.		APROVADO	Voto favorável ao Substitutivo Nº 2 pelo entendimento da importância desse projeto para a automatização dos repasses cabíveis aos municípios. Entretanto, o projeto ainda está sendo discutido para ajustes necessários em votações de 2º turno.	
21/05/19	Plenário	1º	PL	Acrescenta parágrafo ao art. 225 e dá nova redação ao § 6º da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.		APROVADO	Necessário reduzir a interferência do Estado na concorrência em determinado setor. Aprovamos em 1º turno no Plenário com a inclusão de quatro emendas relevantes. Defendo a transparência, inclusive na concessão de incentivos fiscais, para que todos os contribuintes de um mesmo setor tenham conhecimento de quais são os benefícios disponíveis. Com isso, é reduzida a interferência do Estado na economia e, consequentemente, há uma maior liberdade para empreender e mais oportunidades para que as empresas de pequeno porte ingressem no mercado. Essa atitude faz com que ocorra maior geração de emprego e renda, fato que impacta positivamente no desenvolvimento social do Estado.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação à CEMIG, sobre composição detalhada da tarifa de energia elétrica e possibilidade de redução de custos.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação ao Secretário de Governo sobre o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, organização para implementação e articulação intersecretarial para o cumprimento da agenda.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação para o diretor da COPASA em Alfenas sobre denúncia acerca da diferença entre o percentual de tratamento de esgoto pago e a cobertura da companhia, e sobre o tratamento antes do lançamento de esgoto no córrego.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação para a Secretaria de Educação sobre as obras nas escolas estaduais que não foram executadas entre 2015 e 2018.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação para o Governador informações sobre o atraso dos repasses aos municípios dos recursos destinados à aquisição de terrenos e de Governo sobre quais medidas o governo pretende tomar para reagir às isenções de ICMS concedidas pelo Estado de São Paulo para evitar evasão de montadores de veículos em Minas Gerais.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação para secretaria de Estado de Desenvolvimento Social sobre o montante de recursos a serem destinados para execução de políticas públicas voltadas para povos e comunidades.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
22/05/19	Plenário	1º	RQN	Pedido de informação para o superintendente do Crédito e Cobrança da Secretaria de Fazenda, sobre suposta ruptura de acordos do Plano de Regularização de Créditos Tributários, com documentos detalhados de cada Processo.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado à secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular, composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de acessibilidade das instituições.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias de corporação e demais coronéis da ativa, nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos, considerando-se as graves denúncias apontadas nessa comissão durante a 11ª Reunião Ordinária, realizada em 14/5/2019.		APROVADO	Parecer favorável pela publicidade e transparência.	
28/05/19	Plenário	2º	PL	Dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública.		APROVADO	Projeto estabelece um parâmetro mínimo de remuneração dos estagiários dos órgãos públicos que traça um paralelo com a carga horária relativa ao valor do salário mínimo.	
28/05/19	Plenário	1º	PL	Institui a Bolsa-Aprendiz e autoriza que empresas instaladas no Estado recrutem menores aprendizes em número equivalente a até 5% (cinco por cento) de seu quadro de funcionários e descontem o valor de meio salário mínimo, pago a título de bolsa, do ICMS devido ao Estado.		APROVADO	O projeto de lei foi considerado inconstitucional em sua forma original pela CCJ, que o transformou em uma modificação na lei de diretriz de política pública estadual de juventude (lei 18.136), para incluir a valorização do trabalho dos jovens e estabelecer o objetivo do Executivo viabilizar a concessão de incentivos de natureza fiscal para empresas no Estado promoverem a inclusão de jovens no mercado de trabalho.	
28/05/19	Plenário	1º	PL	Dispõe sobre os direitos do usuário dos serviços públicos estaduais.		APROVADO	Projeto originalmente de desburocratização para eximir necessidade de reconhecimento de firma em cartório (já abrangido pela Lei de Desburocratização Federal), transformado pela CCJ em Lei sobre Direitos do usuário dos serviços públicos estaduais. Contém medidas importantes, especialmente amplo acesso à informação.	Aprovado na forma do Substitutivo n.2
28/05/19	Plenário	1º	PL	Dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente nos processos administrativos no Estado de Minas Gerais, pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.		APROVADO	CCJ altera a lei do processo administrativo para a definição legal de idoso (60 anos), adequação estadual à sistemática federal, tramitação prioritária também definida como norma geral no Estatuto do idoso.	
28/05/19	Plenário	1º	PL	acrescenta a alínea "c" ao inciso II do art. 59 da Lei n. 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais.		APROVADO	Projeto busca "promover a implantação de mecanismos colaborativos de financiamento para a viabilização de projetos culturais". Abre caminho para a conjunção do público e do privado na implantação dos projetos culturais.	
28/05/19	Plenário	1º	PL	dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaiabal o trecho que especifica (Trecho da Rodovia MGC-12, Ubá-Guaiabal, com extensão de 1,4 km, entre a Rua Capitão Antônio Ribeiro e o trevo de acesso ao município).		APROVADO	permite a doação de trecho para o município com a destinação de abertura de via urbana; retorna para o patrimônio do Estado se não for lhe dada esta destinação em 5 anos.	
28/05/19	Plenário	1º	PL	Dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do imposto.		APROVADO	favorável na forma do Substitutivo n. 1 da CCJ, que inclui a vedação nas garantias do Código de Defesa do Consumidor, respeitando o princípio da consolidação das leis; Aplicação do princípio do não-confisco.	

28/05/19	Plenário	1º	PL	Autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Destinação: construção do prédio do Fórum da Comarca de Abaeté).				APROVADO	deve ser dada a destinação citada na lei, no prazo de 5 anos.
28/05/19	Plenário	1º	PL	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. (Destinação: construção do fórum da Comarca de Araçuaí).				APROVADO	deve ser dada a destinação citada na lei, no prazo de 5 anos.
04/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os resumos executivos dos resultados das auditorias extraordinárias determinadas pelo Decreto nº 46.993, de 2016, com destaque para os casos em que houver recomendação de providências para a regularização das barragens, com especial atenção para os empreendimentos situados a montante dos reservatórios do Rio Manso e do Sistema de Abastecimento do Rio Paraopeba.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
04/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao presidente em exercício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de pagamento dos débitos referentes ao Hospital de Cataguases - Santa Casa de Misericórdia.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
04/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a causa dos problemas de abastecimento de água em Paracatu, especificando se a companhia tem adotado ou adotará, e em quanto tempo, medidas para a solução dos problemas de falta de abastecimento.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
04/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - pedido de informações, relativamente ao relatório de execução apresentado por essa entidade por meio do Ofício nº 28/2019, consubstanciadas na relação de projetos aprovados no escopo do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, especificando-se o montante previsto e executado para cada um dos projetos em questão (Requerimento decorrente da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de 7/5/2019, que teve por finalidade debater a situação da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - diante da reforma administrativa em tramitação nesta Casa).				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
04/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de informações sobre os procedimentos administrativos e inquéritos policiais militares instaurados em face das denúncias apresentadas pelo Ten.-Cel PM Domingos Sávio de Mendonça na 11ª Reunião Ordinária, com o envio de cópias à comissão das portarias e, caso já tenham sido finalizados, das conclusões (Requerimento decorrente da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, de 14/5/2019, que teve por finalidade proceder a oitiva do Cel. PM Domingos Sávio de Mendonça).				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre a composição, de forma detalhada, da tarifa dos serviços de água e esgoto, verificando-se a possibilidade de redução dos custos ao consumidor final.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da execução dos serviços públicos prestados pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher - Cerna -, especificando-se a forma como ocorre a organização da estrutura de funcionamento dos serviços, quais projetos serão executados, quais as equipes disponíveis para o atendimento na capital e no interior e qual a possibilidade de ampliação da capacidade de atendimento.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre o relatório resultante da auditoria de recursos e reservas minerais do depósito de nióbio em Araxá, elaborado pela SRK Consultores do Brasil Ltda., a pedido da Comdemig, assim como sobre as providências tomadas pela AGE em relação aos resultados da referida auditoria.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o número de moradias funcionais à disposição da corporação, discriminando-se os municípios onde estão localizadas, as moradias que estão ocupadas e por quais autoridades (Requerimento decorrente da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, de 14/5/2019, que teve por finalidade proceder a oitiva do Cel. PM Domingos Sávio de Mendonça).				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	RQN	seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os investimentos, no primeiro trimestre deste ano, da secretaria de que é titular no combate e na prevenção das epidemias de dengue, incluindo boletins de alerta na imprensa - jornais, rádios, TV e mídias sociais -, segundo o Plano Estadual de Contingência - Doenças Transmissíveis pelo Aedes.				APROVADO.	Favorável pelo princípio da transparência pública e papel fiscalizatório da Assembleia.
05/06/19	Plenário	1º	PL	assegure às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado.				APROVADO.	Amplia o acesso do grupo de risco ao SUS por meio do mapeamento genético.
05/06/19	Plenário	1º	PL	autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica (imóvel nº 18.358, fls. 50, Livro 3-1, Comarca de Araçuaí).				APROVADO.	Destinação de imóvel para fórum, necessário destinação em 5 anos senão reverta para o Estado.
05/06/19	Plenário	1º	PL	Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras.				APROVADO.	Criação de datas, sem utilidade para a população, acúmulo de normas.
05/06/19	Plenário	1º	PL	institui a Semana Estadual de Valorização da Família.				APROVADO.	Criação de datas, sem utilidade para a população, acúmulo de normas.
05/06/19	Plenário	1º	PL	institui o Dia Estadual do Serviço Leontiano e dá outras providências.				APROVADO.	Criação de datas, sem utilidade para a população, acúmulo de normas.
05/06/19	Plenário	1º	PL	institui o Programa Paz na Escola e dá outras providências				APROVADO.	Política de diretrizes para prevenir violência nas escolas, sendo necessária regulamentação do Poder Executivo
05/06/19	Plenário	2º	PL	autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER-MG - a doar ao Estado o imóvel que especifica (Imóvel nº 3.850, fl. 84V, Livro 71-B, Comarca de Abaeté).				APROVADO.	Destinação de imóvel para fórum, necessário destinação em 5 anos senão reverta para o Estado.
05/06/19	Plenário	1º	PL	institui o Programa Estadual de Capacitação e Qualificação Social e Profissional - PEC-MG - e dá outras providências (Ex-Projeto de Lei nº 1.794/2011).				APROVADO.	Política Estadual de Qualidade Social e Profissional, que estabelece diretrizes gerais, sendo necessária regulamentação do Executivo.
05/06/19	Plenário	1º	PL	Política de Saúde da Mulher Detenta				APROVADO.	Inserir artigo na lei de assistência integral do Estado à saúde reprodutiva da mulher e do homem, fazendo as disposições incidirem para mulheres sob custódia do sistema penitenciário estadual.
05/06/19	Plenário	1º	PL	dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo Detran - MG -, por remessa postal.				APROVADO.	Determina envio por AR da infração de trânsito para o infrator, requisito de validade a assinatura de recebimento datado. Direito de informação e defesa do cidadão frente à multa administrativa.
05/06/19	Plenário	1º	PL	dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Manhumirim (Trecho da Rodovia MG-108, no entrocamento da BR-262B para Belo Horizonte/Manhumirim, entre o KM 265 e o KM 269 mais 200m (duzentos metros), com extensão de 4,2km. Silegts).				APROVADO.	O trecho, atualmente gerenciado pelo DEER-MG, destina-se à instalação de via urbana e possibilitará a construção de inúmeras benfeitorias, regularização das construções na faixa de domínio e rapidez em futuras intervenções na recuperação da via. CCJ apresentou parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade através do Substitutivo Nº 1. Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas baixou em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais que informou não haver óbice jurídico para a doação do trecho rodoviário.
05/06/19	Plenário	1º	PL	altera a Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, que institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual (Altera o artigo 11, assegurando a qualquer interessado livre acesso a cadastro instituído por lei).				APROVADO.	Tendo como objetivo alterar o art. 11 da Lei nº 13.994, de 2001, de forma a assegurar não apenas aos órgãos e entidades da administração pública estadual, mas também a qualquer interessado, o livre acesso ao cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública. Proposição oportuna e conveniente, ampliando a transparência e os mecanismos necessários para fiscalizar os procedimentos licitatórios e os contratos celebrados pelo Estado.

04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	PL	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras Providências.				APROVADO	PL com inadequações, pois já há ações e métodos que supram o objetivo. Aumento de burocracia; falta de critérios objetivos de avaliação.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	PL	Regulamenta a exposição de bebidas alcoólicas, para o público consumidor no mesmo espaço físico contíguo a bebida não alcoólica inferior a 0,5° Gay Lussac.				APROVADO	Aprovado parecer pela rejeição. Em geral, as bebidas alcoólicas já são dispostas separadas de outros produtos por razão de marketing e layout. Ademais, a proliferação de normas específicas para o Estado de Minas Gerais poderia suscitar a necessidade de criação de procedimentos administrativos mais burocráticos quando comparado com os outros Estados, aumentando o custo para essas empresas e diminuindo a atratividade de Minas Gerais para investimentos no setor comercial. Não há necessidade de regulamentações adicionais para o Estado visto que essa matéria já é categoricamente regulamentada em nível federal.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulado voto de congratulações com a coordenação do concurso Comida di Buteco pelos 20 anos de criação desse evento.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por acreditar que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Ivan de Souza Guedes, fundador da Rede Minas-Brasil, ocorrido em 25/5/2019, em Montes Claros.				APROVADO	Apesar da tristeza do falecimento do Sr. Ivan de Souza Guedes, acredito que existam outras formas de se prestar condolências uma vez que a manifestação de pesar, assim como as congratulações, geram custos e processos desnecessários.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulado voto de congratulações com Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga - Acija - pela realização da 42ª edição da Fest Malhas.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por acreditar que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulado voto de congratulações com Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviço de Monte Sião - Acims - pela realização da 44ª edição da Feira Nacional do Tricô - Fenat.				APROVADO	Contrário por atendimento às recomendações do partido e por acreditar que as congratulações geram custos e processos desnecessários.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requerem seja realizada audiência pública para debater o plano de recuperação fiscal proposto pela União aos estados por meio da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, e avaliar a experiência do Estado do Rio de Janeiro.				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se os requerentes consideram o assunto importante para a população mineira.
04/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQC	Requer seja realizada audiência pública para debater a Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado e análise de impacto regulatório e dá outras providências.				APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se os requerentes consideram o assunto importante para a população mineira.
05/06/19	Comissão FFO	2º	PL	Dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do imposto.				APROVADO	Por mais que esse Projeto de Lei não gere renúncia imediata de receita, o fato de não acontecer a apreensão do veículo gera uma morosidade por parte do contribuinte de pagar aquele tributo refletindo no adiamento do recebimento de receita pelo Estado.
05/06/19	Comissão FFO	1º	RQN	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução da alíquota do ICMS incidente sobre combustíveis.				APROVADO	Pedido de providências, sem obrigatoriedade de resposta. Destinatário tem maiores informações para avaliar a pertinência da solicitação.
11/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	PL	Declara de utilidade pública a Acita - Associação Comercial Industrial de Serviços e Agropecuária de Itabira -, com sede no Município de Itabira				APROVADO	Projeto cumpre os requisitos da Lei 12972/98 para concessão de utilidade pública
11/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - pedido de providências para realização de intervenções de melhoria de infraestrutura no Parque Nacional da Serra da Canastra, inclusive sinalização e calçamento de vias de acesso.				APROVADO	Pedido de providências. O órgão destinatário tem maiores informações para avaliar a pertinência da demanda
11/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Otávio de Souza Clementino.				APROVADO	Utilização de recurso da ALMG para emissão de ofício.
11/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sedectes - e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - pedido de providências para que sejam desenvolvidas linhas de financiamento e ações de atração de investidores para o fornecimento de equipamentos e instalações necessários em empreendimentos de florestas plantadas e na transformação da madeira, em especial, a produção de carvão vegetal.				APROVADO	Pedido de providências. O órgão destinatário tem maiores informações para avaliar a pertinência da demanda
18/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para conferir ao Sr. Antonio Bernardini, embaixador da Itália no Brasil, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.				APROVADO	Pedido de providências, sem obrigatoriedade de resposta. Destinatário tem maiores informações para avaliar a pertinência da solicitação.
18/06/19	Comissão Desenvolvimento Econômico	1º	RQN	Requer seja realizada audiência pública para debater a Reforma da Previdência e os seus impactos para o desenvolvimento econômico do Estado e de seus municípios, visando à recuperação das contas públicas.	x			APROVADO	Somos sempre favoráveis ao debate aberto com a sociedade, sendo válida a realização de audiência na ALMG se o(s) requerente(s) consideram o assunto importante para a população mineira.